

## MÍDIA NINJA E O JUNHO REBELDE: CIDADE, MIDIATIVISMO E CRISE DE REPRESENTAÇÃO

Mauricio José de Jesus<sup>1</sup>

*Resumo:* Partindo da atuação do coletivo jornalístico Mídia Ninja nas jornadas de junho, o presente trabalho busca analisar a crise de representação política e imagética que atravessa o espaço urbano mediatizado. Para tanto propomos uma abordagem das jornadas de junho como transe político vertiginoso que explodiu em diversas cidades do país trazendo à tona as divergências e disputas que deslocam a prática política formal, assim como a produção de imagens da mídia tradicional, que visa estabelecer um cenário urbano consensual simulado, é confrontada pelas imagens de tensão e conflito veiculadas pela Mídia Ninja. Nesta disputa de imagens, emerge também outras formas de percepção do espaço urbano, fora do consenso simulado da cobertura telejornalística tradicional, com as cores do dissenso e da tensão política.

*Palavras-chave:* Cidade. Imagem. Política. Midiativismo.

## NINJA MEDIA AND JUNEREBEL: CITY, MEDIATIVISMO AND REPRESENTATION OF CRISIS

*Abstract:* Starting from the journalistic collective action Mídia Ninja in the June days protest, this paper analyzes the political representation and imagery that runs through the mediatized urban space. For this we propose an approach of the June days protest as dizzying political trance that erupted in several cities across the country bringing up the differences

---

<sup>1</sup> Graduado em História na Universidade do Estado da Bahia. Mestrando no Programa de pós-graduação em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia — Campus II. Alagoinhas. Endereço eletrônico: semrostosorrindo@hotmail.com.

and disputes that moving the formal political practice, as well as of traditional media imaging, which aims to establish an urban setting consensual simulated, is confronted by tension and conflict images broadcast by Mídia Ninja. In this dispute images, also emerges from other forms of perception of urban space, out of the simulated consensus of traditional telejournalistic coverage, with the colors of dissent and political tension.

*Keywords:* City. Image. Politics. Midiativism.

## Introdução

Talvez seja preciso perceber as Jornadas de junho pelo meio e quebrá-la em dois momentos distintos, mas que estão relacionados. Um destes momentos diz do acontecimento em sua efetuação temporal, de sua imprevisibilidade, agitação e movimentação, cuja potência máxima se encontra na experiência vivida; O outro diz de sua repercussão, daquilo que se disse — e ainda se diz — sobre o acontecimento, a sua expressão nas mais variadas formas.

Neste sentido, optamos por compreender as Jornadas de junho como um fenômeno midiático, que estaria ligado a este momento preciso do que se diz do acontecimento, e que é construído a partir das parcialidades nascidas pela afetação, que as ruas em fervor rebelde, naquele junho agitado, são arremessadas no cenário informacional que compreende o espaço urbano midiaticizado que nos cerca: das páginas dos jornais, das telas de TV, dos monitores do computador e dos visores do celular.

Fica então uma questão insistente: o que aconteceria se na noite do dia 13 de junho, após a manifestação do Movimento Passe Livre ser violentamente reprimida pela polícia militar paulista, se esta não fosse noticiada de forma condenável pelos telejornais? O que teria acontecido se houvesse

um silêncio midiático e Arnaldo Jabor resolvesse falar em seu editorial, no Jornal da Globo, sobre a beleza nova-iorquina, e não proferisse uma palavra sobre a juventude revoltosa de classe média que não precisa lutar por R\$ 0,20 centavos da passagem de ônibus? Como se configuraria as coisas após o dia 13 de junho de 2013?

Estas questões possui um caráter provocador e são aqui sugeridas para desdobrarmos uma inquietação, e por isso fica difícil respondê-las com precisão cirúrgica. Nem é essa a intenção. O que se pretende é colocar em cena o movimento da mídia tradicional corporativa, que ao produzir a notícia das manifestações do dia 13 de junho, e tentar implantar na opinião pública uma espécie de justificativa para a violência da polícia no trabalho de dispersão do protesto, como forma de desmobilizar a agitação política, acabou por fornecer um combustível altamente inflamável, principalmente para a juventude da geração Web 2.0, que no dia seguinte fez repercutir criticamente, e com bastante humor também, pelo Facebook e Twitter o famoso editorial de Jabor e que serviu para estimular a convocação de múltiplas manifestações de solidariedade ao Movimento Passe Livre.

O movimento midiático de “sequestro do real” <sup>para</sup> seu esvaziamento e virtualização através da produção da notícia acabou por catalisar uma energia rebelde cujo excesso transbordou nas ruas de mais de 11 capitais do país.

De certo modo, havia algo de sintomático nesta reação imprevista que pegou a velha mídia de surpresa: há uma nova geração que não se reconhece no discurso da mídia tradicional, e por isso, ela se tornou o alvo de muitos episódios de revolta violenta no decorrer das jornadas de junho. Assim como há também uma insatisfação com relação às formas tradicionais de participação política e que os protestos fizeram emergir através da negação das tradicionais agremia-

ções partidárias e a constante reivindicação de horizontalidade e democracia direta.

As jornadas de junho trouxeram à tona uma crise de representação que se desdobra tanto no papel da Mídia corporativa quanto na eficiência da política institucionalizada para atender as demandas dos cidadãos. O cenário onde se desenrola estes embates simbólicos e técnicos é a cidade, que de algum jeito, no contexto brasileiro, carrega historicamente inúmeros problemas sociais que se acumulam ao longo dos anos, transbordando em conflitos que nenhuma imagem de cartão postal impressas em panfletos de agências de turismo é capaz de desarticular.

Enfim, o que pretendemos discutir aqui é como as transmissões ao vivo pela internet da Mídia Ninja ilustravam a cidade em rebelião, em fervor político vertiginoso, desarticulando de certo modo, as tentativas midiáticas de construção de consenso através de imagens da cobertura jornalística da mídia tradicional, provocando certo deslocamento perceptivo do cenário urbano.

## **O transe político das ruas e a crise de representação moderna**

As iniciativas de interpretação no “calor da hora” das Jornadas de Junho traçam um roteiro que sugere a apropriação do espaço urbano para fins mercadológicos, dividindo a cidade em lotes a serem explorados economicamente. E tal política coloca em xeque diversos direitos dos cidadãos, amplificando as diferenças sociais, criando zonas de privilégio no uso do espaço urbano, despejo de famílias para obras de mobilidade para atender às demandas dos eventos esportivos de caráter internacional, a “limpeza social” perpetrada pelos batalhões especiais da Polícia Militar nas periferias. Assim, um quadro de tensão vai se configurando e o acúmulo de

demandas populares não satisfeitas pelos sucessivos governos vai aumentando até que exploda nas ruas, como visto nas Jornadas de junho.

Aliado a isso, um conjunto de imagens veiculadas pelas corporações midiáticas tentam conformar tal política urbana como necessária para o desenvolvimento econômico do país, apoiando os eventos esportivos e todo seu “legado” perverso de despejos, ocupação militar das zonas periféricas, repressão e criminalização dos movimentos sociais e de defesa de direitos. Um apoio que se dá pela utilização de imagens onde tais conflitos são apaziguados, na tentativa de simular o consenso dando um ar de tranquilidade nas cidades em ebulição política.

Mas será que os protestos de junho foram apenas uma reação as políticas econômicas baseadas no modelo neoliberal, acentuando a desigualdade social e atualizando a luta de classes? Ou terá sido, além disso, a explosão de uma crise de representação acerca dos valores da modernidade, de suas instituições políticas, econômicas e culturais?

Georges Bataille ao propor uma economia geral que leve em consideração o movimento de energia do globo, buscando criticar a noção de utilidade da economia clássica, sugere que os processos de acumulação não têm como finalidade o lucro, mas sim o gasto improdutivo, a luxúria<sup>2</sup>. Assim, Bataille propõe a seguinte argumentação:

Partirei de um fato elementar: o organismo vivo, na situação determinada pelos jogos da energia na superfície do globo, recebe em principio mais energia do que é necessário para a manutenção da vida: a energia (riqueza) excedente pode ser utilizada para o

---

<sup>2</sup> Cf. BATAILLE, Georges. A parte maldita, precedida de “A noção de dispêndio”. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2013.

crescimento de um sistema (de um organismo, por exemplo); se o sistema não pode mais crescer, ou se o excedente não pode ser inteiramente absorvido em seu crescimento, é preciso necessariamente perdê-lo sem lucro, depende-lo, de boa vontade ou não, gloriosamente ou de modo catastrófico (BATAILLE, 2013 [1949], p. 45).

Partindo deste princípio, Bataille sugere que a sociedade industrial, baseada na acumulação e no lucro, analisada a partir desta perspectiva de uma economia geral, não desenvolveu um meio para que o excedente que não serve ao desenvolvimento do sistema fosse dilapidado, despendido.

Isso porque as retomadas de desenvolvimento que procedem da atividade humana — e que técnicas novas mantêm ou tornam possíveis — sempre tem um duplo efeito: utilizam, em uma primeira etapa, uma parte importante da energia excedente, mas em seguida produzem um excedente cada vez maior. Esse excedente contribui, em segundo lugar, para tornar o crescimento mais incômodo, pois não é mais suficiente para utilizá-lo. Em um determinado ponto, o interesse da extensão é neutralizado pelo interesse contrário, o do luxo: o primeiro ainda atua, mas de modo frustrante, incerto, quase sempre impotente. A queda de curvas demográficas talvez seja o primeiro índice da mudança de sinal ocorrida: doravante, o que importa em primeiro lugar não é mais desenvolver as forças produtivas, mas despender luxuosamente seus produtos (BATAILLE, 2013[1949], p. 56).

Se a modernidade é atravessada pelos processos de homogeneização, através da racionalidade técnica aplicada à vida social produtiva, o atual estágio do desenvolvimento tecnológico, a produção automatizada e a constante produção e troca de informações, talvez propicie um acúmulo excessivo, uma superabundância de coisas e símbolos que são consumidos sem finalidade, sem utilidade, um gasto impro-

duto que leva à saturação das formas e suas excresções excessivas, o seu dispêndio luxuoso, como sugere Bataille.

Talvez, então, possamos sugerir que as Jornadas de junho, que a ocupação rebelde das ruas colocava em cena não apenas uma negação do modelo econômico posto em prática pela gestão política da cidade, mas a afirmação do esgotamento suntuoso, por um acúmulo de excedente, do projeto moderno e suas formas, cujo sintoma aparece com a crise de representação política — a crítica aos governos e sua forma de gestão empresarial e aos partidos políticos como forma de atuação política —, que, a ocupação das ruas pelas multidões numa espécie de transe político experimentam outras formas de atuação; mas também, aliado a isso, uma crise de representação midiática — cuja expressão é a violenta reação à presença das redes de TV das corporações de mídia, que durante os protestos foram fortemente rechaçadas por transmitir imagens que criminalizavam os protestos de rua.

Segundo Rudá Ricci (2014) os protestos e manifestações públicas, que vão da primavera árabe, passando pelo *Occupy Wall Street* e os indignados da Espanha, chegando até as jornadas de junho no Brasil, inauguram o século XXI por expressar aquilo que ele chama de “divergência geracional” ao sugerir que há um embate de formas e ideias do século XX com o século XXI. Reconhecendo a forma burocrática, fundada numa racionalidade que busca eficiência, como uma forma moderna da lógica societária, Rudá Ricci sugere que o século XXI traz à tona outras formas que reconfiguram essa lógica societária. Para ele

A estrutura organizacional clássica do mundo moderno é a burocrática. Estrutura verticalizada em que todos os espaços no interior da organização são ocupados e possuem uma funcionalidade para a saúde e ação do todo. A estrutura burocrática forma uma comunidade de comandos internos que define práticas coesas e discurso unificado.

Partidos políticos, estrutura estatal, organizações da sociedade civil, corporações profissionais, organizações confessionais contemporâneas, grande parte das organizações modernas apoia-se nesta lógica verticalizada e racional pareciam refutadas nas ruas, no final do outono brasileiro de 2013 (RICCI; ARLEY, 2014, p. 209).

Esta análise implica que as ruas tomadas pela multidão em protesto colocavam em cena uma crise de representação política, que extrapola o campo institucional formal da lógica societária moderna, e explodem em múltiplas formas de expressão nas cidades brasileiras, como a negação de partidos políticos e a caçada as bandeiras nos atos, o rechaço as “lideranças” e o consenso em relação à horizontalidade das decisões, ainda que certo protagonismo do Movimento Passe Livre possa ser notado. Mas a própria estrutura deste movimento possui princípios políticos alinhados ao que se expressaram nas ruas durante as Jornadas de junho<sup>3</sup>.

Esta crise de representação política traz à tona a “divergência geracional”, no embate entre a lógica burocrática centralizadora e a lógica descentralizada das redes. Segundo Rudá Ricci, a lógica das redes lida com adesão por afinidade afetiva, a multiplicidade de canais de diálogo, intensificadas por uma comunicação socializada principalmente através da internet, além da provisoriedade e dinamismo das adesões (RICCI; ARLEY, 2014, p. 214-215). Isto sugere que as organizações em rede não possuem um modelo único, deixando espaço para a experimentação de múltiplas formas de organização, que inclusive podem reconfigurar as formas modernas acumuladas e assimiladas ainda que sejam deslocadas para novos agenciamentos.

---

<sup>3</sup> Cf. Movimento Passe Livre. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Ermínia. [ET AL]. Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.



Nas manifestações de junho, as ruas se tornaram um grande palco para experimentação nesses moldes, e pela contundência e uma expressividade violenta, parece estar num certo transe político, numa espécie de orgia rebelde consumindo as formas assimiladas pelo acúmulo das experiências políticas surgidas na modernidade. Por isso podíamos assistir, em muitas manifestações de rua, uma grande diversidade ideológica, uma multiplicidade de agentes políticos que vão de anarquistas, partidos de esquerda, grupos neonazistas, posições de direita, patriotismo e etc. Um carnaval político cheio de blocos e alas de múltiplas tendências que em meio à tensão das disputas nas ruas coexistiam extrapolando os limites da política institucionalizada.

Para Rudá Ricci a lógica das redes atravessada pelas paixões políticas não buscam a renovação do campo institucional, não visam nenhuma estabilidade e permanência que possa fixar a ação política como modelo de atuação. Assim, as dinâmicas das redes lidam muito mais com os fluxos de afetividade, emergência e agenciamentos pontuais que ignoram a institucionalidade como forma de permanecer, de se prolongar nas disputas políticas (RICCI; ARLEY, 2014, p. 217). Mas o que dizer do Movimento Passe Livre (MPL), um dos protagonistas das Jornadas de Junho, que se configura como movimento social e, portanto, com alguns aspectos institucionais, mas que opera com a lógica das redes cujos princípios são a horizontalidade, a descentralização das decisões, a autonomia individual, o agenciamento pontual com outros movimentos sociais, afinidade afetiva das lutas urbanas?

A atuação do MPL nas convocações dos atos que deram início às manifestações de junho serviu para catalisar um conjunto heterogêneo de insatisfações acumuladas no cotidiano das grandes cidades que explodiu nas ruas, de forma vertiginosa e excessiva que detonou os limites que aprisionavam o campo político nas esferas institucionalizadas segundo a lógica burocrática da modernidade. Assim, a política se

espalhou pelas ruas em forma de transe, violento, excessivo, como uma força incontrollável, restituindo o campo político à arena das disputas no cotidiano.

A crise de representação política, que se expressava nos protestos não parecia ser apenas uma negação unívoca da lógica moderna no campo institucional, mas também a experimentação dispendiosa de formas políticas da modernidade, acumuladas e assimiladas.

Uma multiplicidade ideológica, mas que foi deslocada de seu “lugar próprio”, o campo político institucionalizado, encontrando nas ruas em transe político o espaço para sua expressão, ainda que divergências ideológicas provocassem tensões e reações violentas. Este acontecimento, de caráter sísmico, abalou ao menos por algumas semanas, as estruturas de poder e transbordou para além do campo político institucional.

A política, como dissenso, disputa e conflito estava nas ruas, em forma de transe e que se espalhou até afetar a forma como a velha mídia representava este acontecimento, da criminalização inicial ao apoio com sugestões de pautas consensuais e gerais, criando uma fissura, uma brecha, ainda que momentânea, que abalaria as estruturas do poder midiático.

Portanto, aliado a esta crise de representação política havia também uma crise de representação midiática. A hostilidade dos manifestantes frente aos veículos de comunicação da mídia corporativa expressa o sintoma desta crise de representação midiática. A multidão em revolta não se via representada pela abordagem feita pelas emissoras de TV, assim como por jornais tradicionais e outros meios e por isso rechaçou de forma violenta a presença de muitos jornalistas, chegando ao paroxismo ao incendiar um carro de apoio da TV Record, e “depredar” uma sede da Rede Globo.

Segundo Venício A. de Lima (2013), no seu ensaio *Mídia, Rebelia Urbana e crise de representação*<sup>4</sup>, apesar da importância das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's), que servem de suporte para as redes sócias virtuais, na articulação dos protestos e nas vidas dos jovens que saíram às ruas, a velha mídia ainda possui um papel central na formação da opinião pública. Para o autor,

Nas sociedades contemporâneas, não obstante a velocidade das mudanças tecnológicas, sobretudo no campo das comunicações, a centralidade da velha mídia — televisão, rádio, jornais e revistas — é tamanha que nada ocorre sem seu envolvimento direto e/ou indireto (LIMA, 2013, p. 89).

Partindo dessa premissa, Venício A. de Lima sugere que, apesar de grande parte da juventude que foram as ruas nos protestos de junho, estarem mais habituados a se relacionar com as novas mídias sociais, eles dependem da velha mídia para que suas inquietações façam parte de um debate público e ganhem visibilidade. Ainda, segundo a concepção do autor, a velha mídia brasileira tem colaborado para agravar a crise de representação política ao investir na constante desqualificação dos políticos e da própria política, agravando a crise de representação, aliado a esta postura, a velha mídia também tem bloqueado o acesso à voz pública as demandas sociais da população. Assim, Venício A de Lima sugere:

Cartazes dispersos nas manifestações revelaram que os jovens manifestantes se consideram “sem voz pública”, isto é, sem canais para se expressar e ter sua voz ouvida. Ou melhor, a voz deles não se expressa e nem é ouvida publicamente. Vale dizer que as TICs (sobretudo as redes sociais virtuais acessadas via

---

4 Este ensaio compõe a coletânea de textos que analisam as jornadas de junho. Cf. MARICATO, Ermínia. [ET AL]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

telefonía móvel) não garantem a inclusão dos jovens — nem de vários outros segmentos da população brasileira — no debate público cujo monopólio é exercido pela velha mídia (LIMA, 2013, p. 90).

Tal enunciado nos indica o processo ao qual estamos chamando de crise de representação midiática. O que vem à tona é esse “bloqueio” às vozes divergentes da sociedade que não encontram espaço no debate público perpetrado pela velha mídia. Contudo, a nosso ver, este enunciado também negligencia a forma astuta e criativa de apropriação das TICs para o agenciamento de práticas midiativistas que de certo modo preencheram, ainda que de forma incipiente, o vazio desta crise de representação.

É verdade que os jovens — e demais setores populares da sociedade brasileira — não se viam representados nas coberturas da velha mídia, mas este espaço foi ocupado pelo midiativismo de coletivos jornalísticos como a Mídia Ninja, que diante de tal cenário, soube se apropriar das TICs e das redes sociais para criar um canal de produção, difusão e troca de informação que chamou a atenção desta mesma “velha mídia” em crise, além de, com astúcia, jogarem com a mídia tradicional presente nas ruas em busca de visibilidade, e levantando inclusive o debate sobre o papel dos veículos de comunicação e dos jornalistas profissionais nas coberturas de eventos políticos como as Jornadas de junho.

Ainda que momentaneamente, a centralidade da velha mídia foi abalada, deixando pequenas brechas ocupadas pelas iniciativas de midiativismo, que estavam nas ruas, participando de todo processo, vivenciando todo o clima de tensão. A crise de representação midiática abriu um precedente para outra percepção do espaço urbano midiaticado, ou seja, outra produção de imagens do urbano, agora em efervescência política, com ruas tomadas por multidões, pela tensão das disputas e pela apoteose do dissenso e das divergências. As

imagens transmitidas ao vivo pela Mídia Ninja não só preenchem um espaço de representação que a velha mídia não mais conseguia ocupar como deslocava a forma de representação do espaço urbano que a velha mídia historicamente vem produzindo.

### **Crise de representação imagética da cidade: entre o consenso simulado e o transe político**

O espaço urbano midiaticizado provoca uma duplicidade perceptiva deste espaço, criando uma percepção virtualizada, transformando em cena a experiência direta do urbano. Imagens de ruas, bairros, avenidas e praças supõe (ou se sobrepõe) um imaginário sobre o urbano que se processa não apenas pela percepção direta dos espaços, mas também por sua percepção audiovisual.

Quando nos deparamos com as imagens do urbano veiculadas por emissoras de TV adentramos neste universo de percepção duplicada, encenada e simulada, que acrescenta ao imaginário urbano a sua virtualização, reduzindo o campo sensorial de percepção. O debate sobre a centralidade e o monopólio do debate público da velha mídia, especificamente do papel da televisão, sugerido por Venício A. de Lima, nos serve para colocar em perspectiva a construção — e manipulação — da “opinião pública” através da veiculação de imagens do urbano que simulam um consenso sobre a cidade e as diversas forças que coexistem e se chocam na disputa por seu imaginário. Aqui identificamos uma crise de representação imagética.

Parece haver algumas temáticas recorrentes que atravessam as coberturas televisivas, através das imagens de matérias telejornalísticas, acerca do espaço urbano. É preciso salientar que as emissoras de TV são corporações midiáticas e que seus procedimentos são atravessados por interesses

mercadológicos e, portanto disputa pelo imaginário urbano para estabelecer as condições para exploração econômica da cidade.

A própria cidade já é atravessada por forças econômicas que a estratificam criando zonas de riqueza e luxo, como os bairros residenciais com condomínios fechados de acesso limitado, assim como zonas de pobreza como as favelas e periferias, além das zonas de comércio e consumo, que também expressam a estratificação social: como os *shoppings centers* e lojas de luxo para os ricos e classe média e as feiras de comércio popular para os pobres e periféricos. O espaço urbano nesta lógica implica uma disputa definida pela renda que estratifica o espaço público urbano. Isso significa que no espaço urbano há conflitos e tensões impostos por esta lógica que atravessa a sociabilidade nas cidades.

É neste jogo de forças que as imagens do urbano veiculadas pela televisão disputam o imaginário das cidades. É por isso que as imagens televisivas precisam simular o consenso, para tirar de cena as tensões e conflitos que a lógica de mercado impõe às realidades urbanas. E mais, como sugere Baudrillard quando diz que

a televisão termina nos inculcando a indiferença, a distância, a dúvida radical, o reflexo agnóstico visceral, a apatia incondicional — justamente pelo devir imagem do mundo, que, anestesiando a imaginação e qualquer outra faculdade mental, acaba por provocar em todos uma catarse desmoralizante, simultânea a um acréscimo de adrenalina que o conduz à desilusão e à desmistificação total (BAUDRILLARD, 1993, p. 154).

Nos telejornais, os únicos conflitos urbanos que aparecem enquadrados nas lentes das emissoras de TV, nos levam para as zonas periféricas e favelas, e os conflitos entre os traficantes e as forças policiais. Sendo que são as forças da

ordem, do estado, ou seja, a polícia militar, que possui a prerrogativa de apaziguar estas zonas ainda que seja preciso “sacrificar” vidas inocentes de moradores. Mas por trás da aparência de imposição da ordem há uma guerra contra os pobres que são suavizadas por tomadas abertas feitas de helicópteros à distância, acompanhado pela narração “imparcial” de repórteres e âncoras que vociferam um discurso de que toda aquela ação é para o bem dessas comunidades periféricas.

Nossas realidades urbanas possuem uma complexa malha de conflitos sociais os quais nossas emissoras de TV não têm nenhum interesse em mostrar. A violência urbana, nas imagens televisivas, possui rosto e endereço fixo, ocupa a zona pobre da cidade, as periferias e favelas, e quando são abordadas, como produtora de cultura e arte, por exemplo, é “enjaulada” em programas de entretenimento, apaziguada como raridade exótica divertida, ou seja, são deslocadas de sua realidade e contexto urbano para aparecerem nas telas da TV como mais um produto a ser consumido por uma audiência ávida por novidades, e se esgotarem na simulação de consenso que destoa de seu contexto original.

Como nos alerta Baudrillard:

Ao contrario da ficção de solidariedade criada pela mídia e pelas imagens, os acontecimentos, cada vez mais, só tem sentido para aqueles que os vivem, no momento em que os vivem. Fora desse contexto o eco é artificial, e a ressonância é tão nula quanto ensurdecadora (BAUDRILLARD, 1993, p. 151).

Quando a violência sai de cena, e as imagens buscam retratar a cidade como espaço de convivência social pacificada artificialmente, surgem as propostas de espaços aconchegantes, blindados pelos roteiros turísticos que levam a praças com fontes luminosas, tomadas por restaurantes e ambientes para consumo de entretenimento. Ai também aparecem

os rostos e os endereços, mas agora estes ocupam a zona rica da cidade, cuja distinção é determinada pela renda salarial, pelo acesso a bens culturais universais, a gastronomia sofisticada e festas temáticas e etc.

Estes são procedimentos históricos postos em movimento pela velha mídia, que se utiliza das imagens televisivas para simular o consenso e apresentar a cidade como espaço homogêneo, ainda que com o peso do sacrifício das zonas divergentes e heterogêneas.

Mas algo saiu do roteiro nas Jornadas de junho. Imagens imprevistas do espaço urbano, em tensão política, circulavam pela internet de forma virulenta a ponto de serem absorvidas pelas próprias emissoras de TV. A crise de representação midiática abriu precedente para que outras imagens do urbano, agora com as disputas, os conflitos, a ocupação das ruas e praças, cenário de um violento fluxo político, aparecessem duplicados e deslocando a estratégia de simulação do consenso posta em prática pela velha mídia.

No ensaio “Será que formulamos mal a pergunta?”<sup>5</sup>, Silvia Viana propõe analisar as classificações midiáticas dos protestos colocando em perspectiva a situação ocorrida no dia 13 de junho, quando o jornal televisivo “Brasil Urgente”, utilizando imagens do protesto contra o aumento de tarifas na cidade de São Paulo, articulado pelo MPL, colocou no ar uma enquete para saber qual a opinião dos espectadores sobre o referido protesto. A pergunta que foi ao ar, vociferada pelo apresentador José Luiz Datena, era: “você é a favor deste tipo de protesto?”. Ante ao desconcertante “sim” que aparecia na tela, o apresentador tenta contornar a situação pedindo para reformular a pergunta “Você é a favor de pro-

---

<sup>5</sup> Cf. VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.



testo com baderna?”. Ainda assim, o “sim” insistia mostrando que a “opinião pública” estava favorável ao protesto. Isto, segundo Viana, era um “deslocamento sísmico”, pois colocava em xeque o poder de persuasão midiática frente aos espectadores para dissuadi-los em relação à posição favorável frente aos protestos.

Assim, a distinção posta em movimento pelas grandes redes midiáticas, que viam nas manifestações pacíficas, ou seja, nas manifestações que não paravam a cidade, que não causavam transtornos, um exemplo ordeiro de protesto, e serviria de modelo para a condenação dos “protestos com baderna”, servia para dissuadir a “opinião pública” e não permitir o avanço dos protestos. Para Silvia Viana:

A separação anterior entre pacíficos e baderneiros servia à reposição da ordem, segunda a qual nada justifica o entrave à sobrevida cotidiana que nos arrasta do escritório para casa e de volta. As manifestações pacíficas eram exibidas e celebradas porque deixavam São Paulo trabalhar. Mais que isso, ao produzirem a aparência de dissenso, simultaneamente contribuíam com a diversificação das mercadorias culturais e dos nichos de consumo (VIANA, 2013, p. 56).

Mas ainda que esta distinção tentasse recolocar nos eixos os rumos das manifestações apelando para a classificação pacífica das manifestações, algo saiu dos eixos. As imagens utilizadas no “Brasil Urgente”, aliada às tentativas de interação e manipulação da “opinião pública” trazia a tona certo descrédito da grande mídia, que posteriormente, ao se espalhar e aprofundar as manifestações, iriam se expressar pelo rechaço violento á presença de equipes de reportagens de determinadas emissoras de TV. Segundo Viana:

O movimento de junho empurrou a classificação midiática, cujo sentido era a recusa de qualquer recusa, a seu ponto de verdade. Por isso, a tela que

nos apresenta as manifestações encontra-se dividida: de um lado imagens verde-e-amarelas, de outro, cenas vermelhas. Busca-se, desse modo, reaver o limiar cuja ruptura a enquete de Datena explicitara: o protesto que assim merece ser chamado é, em si mesmo, violento (VIANA, 2013, p. 57).

É neste cenário duplicado entre “imagens verde e amarelo” e “cenas vermelhas” que o dissenso entra em ponto de ebulição no que se refere às disputas imagéticas das manifestações. O episódio da enquete de Datena no jornal Brasil Urgente era apenas o sintoma inicial da crise de representação midiática que as Jornadas de junho trouxeram à tona.

O desconcertante desfecho da enquete já apontava para a posterior hostilidade dos manifestantes para com a velha mídia e sua atuação. Da criminalização inicial à mudança de postura com um “apoio” estratégico e propositivo de pautas generalizadas, a centralidade da velha mídia sofreu um abalo, e suas imagens já não conseguiam manter a “opinião pública” em consenso, pois, as ruas em fervor político, as desmentiam. Portanto, a estratégia midiática do consenso simulado, nas Jornadas de junho, sofreu deslocamentos que colocaram em perspectiva a perda do controle, ainda que por algumas semanas, sobre a produção imagética do espaço urbano e suas lutas.

É neste campo de forças que surge às transmissões da Mídia Ninja. As imagens do urbano veiculadas pelo coletivo jornalístico trazem outra perspectiva da cidade, das ruas ocupadas por multidões, das disputas ideológicas e simbólicas, das articulações momentâneas, dos embates entre a polícia e os manifestantes. Estas imagens são contrapontos às imagens televisivas. Elas jogam com formas assimiladas e deslocam-nas para tornar visível o dissenso, e com isso investe contra a simulação do consenso cujas imagens televisivas da velha mídia expressam esta finalidade.

As imagens veiculadas pelas transmissões ao vivo da Mídia Ninja através da internet coloca em perspectiva a tensão das ruas tomadas pela multidão em transe político. A cidade como cenário esta deslocada de sua produção imagética televisiva, que investe na imagem de uma cidade ordeira, racionalmente dividida em zonas, com espaços para o trabalho, o lazer e onde os conflitos são sempre resolvidos pela atuação das forças da ordem e do Estado. Nas Jornadas de junho, com a crise de representação midiática, as imagens televisivas foram questionadas, de algum modo elas não mais conseguiam representar a cidade ordeira, as próprias coberturas dos protestos eram criticadas e rechaçadas pelas redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*.

As transmissões da Mídia Ninja surgem então como veículo alternativo cujas imagens se prestavam a produzir outra perspectiva do espaço urbano, tomado pelo furor político, e ao mesmo tempo servia como pretexto para o diálogo coletivo telematizado. São imagens que se esgotavam em si mesmas, sem a intenção de servi a uma recuperação para fins estéticos audiovisuais, por exemplo. Como contraponto às imagens televisivas, as transmissões da Mídia Ninja trazem à tona, através das imagens, outra percepção do urbano. Com tais imagens, o espaço urbano aparece tomado pelo dissenso, pela divergência e pelo conflito.

A tensão das ruas captadas por tais imagens “em tempo real” e transmitidas pela internet, não é mais verdadeira que outras imagens. É que elas colocam em cena outra perspectiva de cobertura do acontecimento, com procedimentos diferenciados, e que investem na crítica do discurso de imparcialidade tão utilizado pelas grandes redes midiáticas. O “tempo real” ali, não se refere à fidelidade ao acontecimento, a mostrar a realidade como ela é. É uma perspectiva de cobertura que joga com um aparato técnico que permite captar o acontecimento, e ao mesmo tempo duplicar sua percepção em imagens técnicas do espaço urbano em ebulição política.

Não é só a cidade que é duplicada, é a própria efervescência política das ruas, é o próprio dissenso que ocupa as ruas e ao mesmo tempo, os monitores e visores. O acontecimento é “virtualizado” ao mesmo tempo em que acontece pela transmissão ao vivo em “tempo real”, através de imagens captadas de dentro deste. E é isto que atravessa o diálogo coletivo tele matizado, cujas imagens da Mídia Ninja servem de pretexto para construção de pautas e discussões online. A política estava nas ruas e nas redes virtuais ao mesmo tempo, está nas praticas e nas imagens (produção e consumo), graças à apropriação criativa da técnica e seu aparato.

Quando vemos as imagens que faziam a cobertura dos protestos pelas lentes do telejornalismo, podemos deduzir alguns procedimentos técnicos. As imagens são feitas a distância, com tomadas abertas, o que sugere uma percepção “imparcial” do acontecimento. Nas imagens mais próximas, são feitas atrás das linhas de defesa no campo de atuação das tropas de choque, garantindo a segurança da equipe, ou seja, feitas do lado da ordem. Mas também há o controle do tempo de transmissão/exibição das imagens aliado ao procedimento de edição. Tais procedimentos são postos em pratica para criar a simulação, pois oferece uma perspectiva fragmentada do acontecimento, introduzindo-a na sintaxe padrão do telejornalismo: a estetização da realidade. Por isso, através destas imagens, a cidade aparece como cenário de consenso, mesmo quando há algum conflito. O tratamento técnico das imagens para exibição permite a simulação do consenso e da ordem.

As imagens transmitidas pela Mídia Ninja deslocam certos procedimentos técnicos, o que permite outra percepção do acontecimento. As transmissões ao vivo eram feitas penetrando os protestos. As tomadas eram fechadas e buscavam sempre as zonas de conflito e tensão entre a polícia e os manifestantes. Não havia edição das imagens, já que eram

transmitidas ao vivo pela internet através do celular, por isso não havia controle do tempo de exibição, a não ser pelas limitações do aplicativo que interrompiam o *streaming* em função do aumento da troca de dados que sobrecarregava a rede 3G. A difusão das transmissões era feita através de redes sociais como *Facebook* e *Twitter*, o que permitia uma reprodução viral das imagens.

Eram as forças heterogêneas<sup>6</sup> que entravam em cena e de algum modo colocava em xeque a “asepsia” das imagens telejornalísticas na sua simulação de consenso e ordem, de uma cidade que aparece sobre controle, onde as forças do estado, diga-se a polícia militar, segurava as rédeas dos conflitos, e cabia às imagens televisivas representar um cenário “pacificado”. As “imagens verde-e-amarelo” das emissoras de TV contra as “cenas vermelhas” da Mídia Ninja.

É neste jogo com a técnica, com suas táticas e desvios, que surgem estas imagens urbanas deslocadas da produção imagética da velha mídia, suplementando a percepção da cidade, agora com as cores do dissenso e do conflito.

Assim, não se pode negligenciar as relações com o aparato técnico que tornaram possível a produção dessas imagens das ruas em transe político. Se a lógica das redes tomaram as ruas nas Jornadas de Junho, a materialidade técnica dos *smartphones*, *notebooks*, *tablets*, que são o suporte para acessar a internet e trocar informações, possui uma importância fundamental para a realização das redes.

Para o bem e para o mal, este aparato técnico já faz parte do cotidiano social urbano, e se introduz como meio para realização da lógica societária das redes. Este jogo com a técnica possui ressonâncias políticas. De algum modo, ele

---

<sup>6</sup> Cf. BATAILLE, Georges. La estructura psicológica del fascismo. In: BATAILLE, G. *La conjuración sagrada*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2003.

aponta para novas rotas de uso dos aparelhos, principalmente como tática para se contrapor às imagens consensuais simuladas e a todo tipo de informação enviesada que a velha mídia faz circular. E com isso produz o dissenso e duplica o cenário urbano trazendo à tona os conflitos, as disputas, que nas Jornadas de Junho tomaram as ruas das cidades brasileiras.

Ainda que por algumas semanas, a centralidade da velha mídia como produtora de “opinião pública” foi abalada por práticas midiativistas que tomaram as ruas junto com os protestos e trouxeram à tona a crise de representação midiática. Técnica e política, nos dias em que as ruas foram tomadas pelo transe político, interpenetraram-se trazendo à tona outras imagens do urbano, num clima de efervescência política cuja multiplicidade de vozes e posições parecia apresentar a lógica societária das redes, como sugere Rudá Ricci (2013), assim como propiciou a experimentação de outras formas de relação com a política e a técnica.

As imagens do urbano produzidas pela Mídia Ninja propõem outra percepção da cidade, que duplicada pelas imagens televisivas para construção de consensos simulados, vão fazer circular os conflitos urbanos em meio aos protestos para se contrapor a estratégia das cenas televisionadas. O jogo astuto com a técnica aliada à efervescência política das ruas possibilitou a emergência destas imagens do espaço urbano em tensão, conflito e dissenso. O poder da velha mídia sofreu fissuras e abriu brechas, ao ser contraposto por perspectivas diferenciadas durante as semanas em que as ruas explodiam em transe político. É verdade que passado o fervor político das jornadas de junho, as coisas foram voltando à normalidade. A velha mídia retomou seu monopólio de produção da “opinião pública” que operou um esvaziamento do debate público acerca do ocorrido em junho de 2013.

A Mídia Ninja, que nas Jornadas de Junho, pelo menos nas semanas em que os protestos se espalharam pelo país, conseguiu atrair uma grande quantidade de colaboradores em diversas cidades, sem nenhuma articulação prévia, a não ser a troca de informações durante as transmissões em *streaming* durante as manifestações, conseguindo com isso uma cobertura nacional dos protestos, mas que, aos poucos foi perdendo essa característica, até que foi assimilada pela velha mídia e transformada em notícia, atraindo a atenção para sua prática midiativista para esvaziar-la num debate público midiaticizado e onde os próprios agentes do coletivo jornalístico foram encurralados numa discussão sobre a institucionalização da prática jornalística da Mídia Ninja e sua constituição enquanto meio de comunicação na era das redes.

As análises das Jornadas de junho que atravessam obras como: *Nas Ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*, de Rudá Ricci e Patrick Arley, assim como a coletânea de ensaios *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, ao tentar encontrar alguma semente, ou fruto nascido naquele outono politicamente vertiginoso, deixa escapar, nas relações microfísicas do dia a dia, as astúcias criativas em torno da técnica e seu aparato e os deslocamentos provenientes destas práticas moleculares.

Talvez, na tentativa de encontrar nas Jornadas de junho algo seguro e produtivo para o cenário político nacional, que perpassa pela proposição de uma reforma política (e que atravessa muitos textos do livro *Cidades Rebeldes*), e a tentativa de institucionalização da lógica das redes (que segundo Rudá Ricci, é incompatível com esta nova sociabilidade mediada por afetividades pontuais), deixem escapar a própria dinâmica criativa presente nas ruas em vertigem política.

Pois foi nestas microrrelações cotidianas, nos embates e debates diante de telas de TV e monitores de *notebooks*, através de aparelhos celulares e troca de mensagens que

outras imagens do urbano emergiram, ocuparam o ciberespaço ao mesmo tempo em que as ruas eram ocupadas pelo furor político da revolta. Foi através dessa relação com a materialidade técnica, posta em movimento no cotidiano urbano contemporâneo e atravessada pelas disputas impulsionadas pelas manifestações, que o cenário urbano surge duplicado em imagens que mostram o desfile das heterogeneidades, onde o dissenso aparece para reconfigurar a trama do espaço urbano midiaticizado.

A potência destas imagens se encontra na proliferação viral de cenários urbanos tomados pela efervescência política, reduplicando a percepção do espaço urbano mesmo que por algumas semanas, se esgotando na medida em que os protestos vão perdendo a intensidade inicial. Mas que pode deixar no ar algumas questões: Agora, como imaginaremos a cidade? Como lugar da racionalização consensual de espaços definidos pela lógica do capital ou como espaço de disputas e lutas pelo direito de ocupá-la democraticamente? Não sabemos. Por enquanto.

## Referências

BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'água, 1991.

BATAILLE, Georges. *A parte maldita precedia de A noção de dispêndio*. Belo Horizonte: Autêntica Ed., 2013.

DRUMMOND, Washington. Muros: da cidade capsulada ao surto hierológico. *Revista Muros: territórios compartilhados*. Salvador: n.1, out. 2013, p. 27-32.

DRUMMOND, Washington; SAMPAIO, Alan. *A cidade e seu duplo: imagem, cidade e cultura*. Salvador: EDUNEB, 2013.

MARICATO, Ermínia [et al]. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Carta Maior, 2013.



PARENTE, André [et al]. *Imagem Máquina: a era das tecnologias do virtual*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014.

[Recebido: 15 out. 2014 — Aceito: 30 nov. 2014]